



Ensinante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

PREPAREMO-NOS PARA FUTURAS BATALHAS PELA DEMOCRACIA

AO RECENSEAMENTO!

Dementindo tão a demagogia do go-ranismo dos jornais, e Socorro Social e vênio, a realidade nacional continua a ser: distribuição de roupas; a proposta de leis sobre os "créditos aos agricultores"; estabe-

Quando das eleições-burla, foi a chuva lecionada em termos que só podem favorecer de medidas pseudo-democráticas: a supres- os grandes proprietários e avar a ruína de são do regime excepcional para os crimes milhares de reais; a construção de dezenas políticas, a reforma do Código Penal, a de milhares de contos para as estradas; a eni modelação da PVDE, a extinção do Tribunal de um comitê para a mendicância; a na Militar Especial, a liberdade de im- construção de casas para pobres na cidade prensa, a "habeas corpus", e toda uma sã da Guarda, e de centenas de escolas primá- rie de outras medidas que se revelaram um rias pelo país; a construção do porto palavrado demagógico que não alterou a de Coimbra; as obras no Campo Gran- de de Lisboa. O governo quer dar a realidade fascista portuguesa.

Agora é chuva de promessas demagógi- impressão de que, passada a guerra, vai cas, anunciadas diariamente em pa- trabalhar para o progresso e bem-estar na-

ionais. E com esta demagogia, pretende desviar as atenções do povo português das suas dificuldades mais prementes e dos seus problemas fundamentais.

Ao mesmo tempo, o governo continua a pretender que as Nações Unidas, assim como as camadas mais oscilantes da população, acreditem na sua "viragem para a democracia". Salazar, como Franco, estuda a saída que lhe permita ser aceite na ONU. Salazar, como Franco, procura fazer esquecer a ajuda que prestou a Hitler. Salazar como Franco procura evitar que os sentimentos democráticos dos povos de todo o mundo lhe tornem impossível a convivência internacional. Por estas razões e pelo movimento democrático do povo português, o governo é impedido de retirar totalmente ao povo português algumas magnas possibilidades de defesa legal dos seus direitos, que foi obrigado a ceder-lhe.

O MUD continua a desvalorizar-se, apesar de todas as dificuldades que lhe são levantadas pelo governo, apesar de toda a espécie de violência e pressões, apesar da preparação de provocações fascistas com a finalidade de justificar medidas repressivas. E o governo vai-se vendo obrigado a continuar falando em recenseamento, liberdades, eleições, etc, etc.

Em relação à situação presente, adquire particular importância o recenseamento eleitoral que está aberto até 13 de março.

A lei eleitoral é uma lei democrática? Claro que não. Ela nega o direito de voto aos analfabetos e assim afasta das eleições a grande massa trabalhadora do país. Ela não dá representação às minorias. Não estabelece a representação proporcional. Além disso, o decreto de 3 de janeiro estabelece que não podem votar "os que professam ideias contrárias à disciplina social" (art. 2, nº7), disposição esta criada pelos fascistas para poderem cortar dos cadernos eleitorais os seus adversários políticos, os eleitores democratas. Por outro lado, segundo a lei fascista, só daqui a 4 anos terão lugar eleições gerais em Portugal.

Porém, uma coisa é a lei fascista e outra é a luta do povo. O povo português conquistará pela sua luta KLEIÇÕES LIVRES em Portugal. O povo português pela sua luta obrigará o governo a convocar essas eleições e, se este governo o não fizer, o povo terá que levar ao poder um governo que o faça.

Isto mostra que, apesar das leis eleitorais anti-democráticas e da Constituição que o fascismo impôs ao país, é da máxima importância que o povo português, todos os democratas e patriotas, se inscrevam em massa nos cadernos eleitorais. Todos os homens de mais de ar anos ou emancipação, que sabem ler e escrever ou podem tomo ou mais de contribuição predial ou industrial, imposto profissional em impos-

continua na página 2

GREVE DOS OPERÁRIOS da Covilhã e Tortozendo

Tal como em novembro da 1946, os operários da Covilhã, declarando-se em greve, acabam de dar um grande exemplo a todos os trabalhadores portugueses. Num momento em que toda a espécie de oportunistas procuram sustentar os movimentos populares e afirmam que eles podem assustar o fascismo e levá-lo a retirar as poucas liberdades que foi forçado a ceder os operários da Covilhã e Tortozendo mostram que o caminho da luta é o único caminho justo contra a miséria e a opressão fascista.

A situação económica dos operários da Covilhã é desesperada. Os salários não acompanham o aumento do custo de vida. Assim, por exemplo, antes da guerra, os salários eram de 1000 e o alqueiro do feijão frade custava 1500; agora os salários são de 3000 e o alqueiro custa 18000. Os operários da Covilhã passam fome, vivem em habitações miseráveis, muitas vezes fora da cidade, não têm assistência médica. Para irrem para o trabalho tem de fazer grandes caminhadas, mal agasalhados contra o frio intenso da Serra da Estrela. Daí a miséria, a tuberculose, a prostituição.

Mas esta situação não bastou aos grandes exploradores fascistas. Apoiados por delegados do governo que foram à Covilhã, os patrões fascistas resolveram impor nos operários três turnos de oito horas ou dois de dez. Por outro lado, as máquinas que antes trabalhavam com quatro operários passaram a trabalhar só com três. Este novo regime representava um enorme agravamento na situação dos operários, e obrigava-os a caminhadas de noite, sob a neve e a chuva.

Unidos como um só homem, os operários da Covilhã negaram-se, no dia 3 de Janeiro, a aceitar essas condições de trabalho e, como os fascistas não cederam às suas justas reivindicações, declararam-se em greve, secundados pelos valentes operários de Tortozendo.

O governo, como sempre, respondeu com repressão, mandando prender alguns operários. Mas os operários continuaram em greve durante dois dias e só a retomaram com o estabelecimento de dois turnos de dez horas, e certo mas pagando o patrão 50 por cento nas horas extraordinárias; com a promessa de que este regime de trabalho será só por dois meses com a liberdade dos operários presos.

Quere isto dizer que a greve foi parcialmente vitoriosa.

Trabalhadores e trabalhadoras da Covilhã e de Tortozendo! A vossa luta foi justa e em parte vitoriosa. Por ela o Partido Comunista vos ajudou. As vossas reivindicações não foram todavia totalmente satisfeitas. Daí a necessidade de reforçar a vossa organização, a vossa unidade e continuar a luta até à vitória.

Que em cada fábrica se formem Comissões compostas por operários e operárias, hauridas e combativas que, apoiados por todos os seus companheiros de trabalho, reclamem melhores condições de vida. Que se forme na Covilhã e Tortozendo uma Ampla Comissão de Delegados operários de todas as fábricas que elaborem um Caderno de Reivindicações para apresentar aos patrões e autoridades. Fazem concentrações e assembleias no Sindicato, interessando a direcção na vossa luta. Enviam à Comissão Central e Comissões Distritais do MUD, assim como aos jornais, notícias das vossas condições de vida e das medidas de exploração e opressão do governo fascista de Salazar. Formam as vossas próprias Comissões do MUD.

Avante, contra o novo regime de exploração. Avante por melhores salários e melhores condições de vida. Avante contra a miséria e contra a opressão fascista. Por um governo que atenda as reivindicações populares e de liberdade ao povo português

O povo Luta

Na povoação de Alfere, Concelho de Monchique, que é uma região produtora de azeite, estavam a distribuir a decilicções por mês e por pessoa, e mesmo assim a distribuição não era feita regularmente. As autoridades tinham o azeite no lugar do Alto—monte próximo de Alfere—requisitado e de vez em quando levavam-nas cargas para Monchique, segundo depois em camionetas não se sabe para onde.

No mês de Outubro, chegaram ao Alto mais dois almocreves, com duas muleiras e ordem das autoridades para levarem mais duas cargas de azeite para Monchique. O povo tinha necessidade do mesmo, pois, mesmo os dois decilicções, já havia dois meses que não eram distribuídos. Juntaram-se umas 30 pessoas, que foram ao lugar não deixando levar o azeite sem que primeiro lhes fosse algum distribuído. Os almocreves, vendo que não conseguiram nada, foram participar o ocorrido ao administrador de Monchique—um tal senhor Mascarenhas, fascista da primeira espécie—que no outro dia apareceu ao Alfere e começou a dizer que lhe dissessem o nome de 7 pessoas que tinham intervido às quais deu ordem para irem no outro dia a Monchique, à Administração. O povo, julgando, e com razão, que os seus companheiros iriam ficar presos, juntou-se, e umas 60 pessoas foram a caminho de Monchique. O Administrador, ao chegar à Câmara, vendeu tanta gente (pois nessa altura já se tinha juntado muito povo de Monchique, calculando-se umas 150 pessoas), mandou sair tudo para a rua ficando só lá, e já detidos, os 7 indicados. O povo ficou à porta e o mesmo senhor mandou-o retirar para fora da vila, ao que um respondeu: "O senhor manda na Câmara mas não na rua, pois a rua é de todos. Foi o suficiente para ele dar voz de prisão ao que disse isto e puxa pela pistola. Nesta altura o povo, ao contrário do que esperava, avançou para ele exigindo a liberdade de todos os companheiros detidos: "ou prendia todos ou soltava todos!" Quando o valente viu a força do povo, mudou de cor e desandou para cima de uma cadeira, quasi desmaiando. E deu ordem: "Podem-se ir embora, estão todos em liberdade".

O povo voltou para Alfere, e agora o azeite já é distribuído com regularidade e mais quantidade.

Nas fábricas, empresas, oficinas, escritórios, minas, barcos, construções, docas, encalços, estabelecimentos, em todos os locais de trabalho,

Formai

COMISSÕES DO MUD!

Com homens e mulheres, jovens e velhos, sejam quais forem as suas opiniões políticas e credos religiosos, desde que amem o povo e a Pátria e desejem

Liberdade de Imprensa

Liberdade de reunião

Liberdade de associação

Livre formação de Partidos Políticos

Libertação dos presos políticos

E

ELEIÇÕES LIVRES

ELEIÇÕES SINDICAIS
em 1946

EXIGI

No manifesto de dezembro do Secretariado do Comité Central, o Partido Comunista lançava: "Em massa às eleições nos sindicatos. As listas fascistas, os trabalhadores devem opor listas de Unidade Democrática." Mas desde logo se advertiram os trabalhadores da "desesperada resistência" dos fascistas para não serem escurraçados das direcções dos sindicatos. O governo sabia que, a realizarem-se as eleições sindicais, os trabalhadores conseguiriam expulsar muitas mãos direcções fascistas do que, em 1935, o governo sabia que em 1946 muitos dos seus tróiques e falsificações, utilizados em 1935, não apenas seriam depurados das massas trabalhadoras. O governo mais uma vez recorre ao seu processo de arbitrio e ilegalidade. Pelo decreto de 28 de dezembro, o governo prorrogou por mais dois anos os mandatos das actuais direcções dos Sindicatos Nacionais. E isto significa que o governo proibiu as eleições sindicais em 1946 e impôs as actuais direcções fascistas por mais dois anos.

O Partido Comunista desmascarou imediatamente esta medida do governo da Salazar e, no manifesto de 1.º de Janeiro, em que se chamava os trabalhadores à luta para a realização das eleições sindicais, afirmava-se: "Esta medida põe a nu toda a política do governo fascista de Salazar: põe a nu toda a demagogia das suas medidas pseudo-democráticas". Neste momento em que o governo fascista tenta a máscara de "democracia" para legítima, a proibição das eleições sindicais revela o carácter fascista e anti-democrático do governo de Salazar.

Mas o governo não ficou por aí. Ao mesmo tempo que proíbe as eleições, procura expulsar dos sindicatos que não sejam compostos por rafeiros fascistas. A medida de Janeiro, o governo retirou a sanção a duas direcções de sindicatos do distrito de Santarém e nomeou Comissões Administrativas. Com este processo ditatorial, o governo fascista anulará as vitórias alcançadas pelas classes trabalhadoras, as estas, a isso se não opuserem em amplos movimentos de unidade. É absolutamente errada a consigna lançada por alguns organismos do MUD de que as direcções compostas por democratas deveriam pedir a demissão e a revogação do decreto de 28 de dezembro. Isto equivaleria a entregar sem combate aos fascistas dezenas de sindicatos, cujas direcções foram alcançadas através de persistentes lutas das classes trabalhadoras. Ao contrário, as direcções sindicais compostas por trabalhadores honrados devem permanecer firmemente no seu posto, lutando, junto com as massas e em ligação com outros sindicatos, para a realização de eleições em 1946 em todos os sindicatos. Este é o objectivo da luta que se coloca entre os trabalhadores portugueses. Trabalhadores e Trabalhadoras! Formai Comissões nas fábricas, oficinas, docas, construções, barcos, minas, estações, empresas, escritórios, em todos os locais de trabalho, que, apoiados por os trabalhadores, vão aos Sindicatos, INT, autoridades, etc., exigir a revogação do decreto de 28 de dezembro e a realização das eleições sindicais em 1946.

Angariar assinaturas e, ao abrigo dos estatutos de cada sindicato, exigir a realização de Assembleias Gerais Extraordinárias onde se discuta e peça a revogação do decreto de 28 de dezembro e a realização das eleições em 1946.

Fazer concentrações e reuniões nos sindicatos. Fazer artigos assinados nos jornais, autoridades e representantes de países democráticos.

Por intermédio do MUD, das vossas Comissões de Unidade Democrática, protestando contra esta medida anti-democrática do governo e exigir eleições sindicais em 1946.

CAMPONESES
do Alto Alentejo!

Uma nova onda de miséria corre o Alto Alentejo. Ao mesmo tempo que o custo de vida continua a subir, os salários descem. Em quasi toda a parte tem diminuído de 14 para 100. Em algumas regiões os salários são mais baixos do que há 40 anos. Então os proprietários da lavoura vendiam o molo de trigo por 50000; agora vendem-no por 10000. O problema alimentar toma aspectos assustadores. O toucinho, que é uma das bases da alimentação dos trabalhadores desta região vai ser racionado para 200 gramas por mês. A banha vai também ser racionada para 100 gramas por mês. E porque? Porque os grandes criadores de porcos não deixam crescer estes até ao peso da fábula, vendendo-os como para a engorda a preços exorbitantes. Porque os ayiladores dos montados, para favorecerem os grandes criadores, dão uma quantidade muito menor da banha. Porque a maioria dos porcos que atingem o peso da fábula, são exportados para a Espanha com a cumplicia das autoridades fascistas. Finalmente, porque o grande explorador fascista Sidoro, monopolista de carnes, é o grande senhor do gromio com a protecção do governo, e assim sabambura, com o prejuizo dos pequenos industriais de carnes, quasi todos os porcos para matança, dos quais está exportando vaguões e vaguões de toucinho.

Componhes do Alto Alentejo! Só pela luta nos podemos salvar da miséria. Em todos as aldeias, formai Comissões de homens e mulheres que, apoiados por todos os trabalhadores, vão às autoridades e patrões exigir o aumento de salários e fornecimento de toucinho. Luta desde a contra o racionamento de 200 gramas de toucinho. Fazer concentrações nas aldeias e vilas. Ir em massa às casas do povo e exigir a satisfação das vossas reclamações.

LEGIÃO PORTUGUESA

e filia-se a ela de 1934 até o dia

DEVE SER DISSO VIDA



